



**AS RAÍZES HISTÓRICAS DOS CONFLITOS NO CONE SUL
DE RONDÔNIA E AS DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS DE OCUPAÇÃO
TERRITORIAL**

**THE HISTORICAL ROOTS OF CONFLICTS IN THE SOUTHERN CONE OF
RONDÔNIA AND CONTEMPORARY DYNAMICS OF TERRITORIAL
OCCUPATION**

**LAS RAÍCES HISTÓRICAS DE LOS CONFLICTOS EN EL CONO SUR DE
RONDÔNIA Y LAS DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS DE OCUPACIÓN
TERRITORIAL**

MOURA, Riam Gabriel Norberto De.¹

Resumo: Este trabalho investiga as raízes históricas dos conflitos agrários no Cone Sul de Rondônia, desde a colonização estatal na década de 1970, e as dinâmicas contemporâneas de ocupação territorial, marcadas pela expansão do agronegócio e resistências camponesas. Com base em pesquisa qualitativa utilizando dados secundários de instituições oficiais como INCRA, IBGE e CPT, analisa-se o modelo

¹ Graduando em Direito pela Fundação Universidade Federal De Rondônia. E-mail: riam.gabriel.vha@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/9310732211013643>



de ocupação que gerou desigualdades fundiárias, violência e disputas por terra. Os objetivos centrais são mapear as dinâmicas de ocupação em relação aos conflitos agrários. Os resultados apontam para 191 conflitos em 2017, com alta letalidade, e sugerem a necessidade de reforma agrária para promover justiça social e direitos humanos.

Palavras-Chave: conflitos agrários; ocupação territorial; Cone Sul de Rondônia; reforma agrária; direitos humanos.

O Cone Sul de Rondônia, região composta por municípios como Vilhena, Corumbiara e Chupinguaia, representa um território emblemático das contradições do desenvolvimento amazônico, onde raízes históricas de colonização se entrelaçam com dinâmicas contemporâneas de ocupação, gerando persistentes conflitos agrários. Historicamente, a ocupação iniciou-se na década de 1970 por meio de políticas federais de colonização agrícola, promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que incentivaram migrações em massa do Sul e Sudeste do Brasil, visando integrar a Amazônia à economia nacional. Esse processo, no entanto, resultou em grilagem de terras, expropriação de populações tradicionais (indígenas, quilombolas e extrativistas) e uma estrutura fundiária concentrada, exacerbando desigualdades sociais e violando direitos humanos fundamentais, como o acesso à terra e à moradia digna (art. 6º da Constituição Federal de 1988). A situação problema reside na persistência desses conflitos, que culminaram em eventos trágicos como o Massacre de Corumbiara em 1995, simbolizando a tensão entre o agronegócio expansionista e as demandas



camponesas por reforma agrária. Os objetivos deste estudo são pesquisar as dinâmicas de ocupação territorial em relação aos conflitos agrários no Cone Sul de Rondônia, identificando raízes históricas e implicações contemporâneas para o desenvolvimento da justiça e direitos humanos. A justificativa reside na relevância do tema para o debate sobre futuros possíveis na Amazônia, onde a ocupação desregulada ameaça a sustentabilidade socioambiental e a reprodução social de comunidades vulneráveis, alinhando-se aos princípios de dignidade humana e função social da propriedade (art. 186 da CF/1988). Em um contexto de radicalização conservadora e violência política, compreender essas dinâmicas contribui para políticas públicas que promovam equidade territorial e reduzam a letalidade no campo, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A literatura sobre os conflitos agrários em Rondônia destaca o modelo de "frente de expansão" capitalista, conceituado por Velho (1972) como um avanço sobre territórios marginalizados, gerando violência étnica e simbólica contra populações tradicionais. Becker (2007) enfatiza a "fronteira de recursos" na Amazônia, impulsionada por projetos estatais como hidrelétricas e agropecuária, que promovem acumulação primitiva via grilagem (Almeida, 2010). No Cone Sul, Costa Silva (2016) analisa a saturação de áreas para commodities como soja, elevando preços de terras em 70-240% entre 2010 e 2014, e intensificando disputas em fazendas abandonadas. Estudos como os de Mesquita (2002) e CPT (2017) documentam massacres e resistências, conectando-os à ausência de reforma agrária efetiva, perpetuando desigualdades herdadas do período colonial e militar.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, com coleta de dados secundários de instituições oficiais como INCRA, IBGE e CPT, incluindo relatórios anuais de



conflitos no campo (CPT, 2017), censos agropecuários (IBGE, 2006) e dados de regularização fundiária (Programa Terra Legal Amazônia, 2009-2014). A análise temática interpretativa permitiu mapear padrões históricos e contemporâneos, priorizando fontes documentais para garantir rigor ético e acessibilidade. Não foram realizadas coletas primárias, focando em dados consolidados para uma visão panorâmica das dinâmicas territoriais.

Os resultados revelam que, historicamente, a ocupação via Projetos Integrados de Colonização (PICs) e Assentamentos Dirigidos (PADs) assentou 77.503 famílias em 5.809.662 hectares até 2007, mas gerou insegurança jurídica em Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs) abandonados, fomentando ocupações por posseiros. Contemporaneamente, em 2017, Rondônia registrou 191 conflitos agrários, afetando 17.099 famílias, com 41 no Cone Sul (21% do total), concentrados em municípios como Vilhena e Corumbiara, onde o agronegócio de soja domina 70% da produção de grãos. A violência inclui 16 homicídios em 2017 e 130 vítimas letais desde 1985, com picos em massacres como o de Corumbiara (1995, 12 mortes). Esses dados indicam uma reconcentração fundiária pelo capital, deslocando camponeses e exacerbando desigualdades, em contradição com o direito à terra como direito humano (Bobbio, 1992). A discussão aponta para a necessidade de regularização via INCRA, mas critica a morosidade do Programa Terra Legal, que emitiu apenas 199 títulos até 2014, beneficiando pouco os pequenos produtores no Cone Sul.

As raízes históricas dos conflitos no Cone Sul de Rondônia, ancoradas na colonização estatal e expansão capitalista, perpetuam dinâmicas contemporâneas de ocupação desigual, marcadas por violência e resistência camponesa. Os



achados reforçam a urgência de políticas de reforma agrária que cumpram a função social da propriedade, promovendo direitos humanos e desenvolvimento justo. Futuras pesquisas devem explorar impactos socioambientais, visando futuros possíveis de equidade territorial na Amazônia.



Referências.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terra de quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2010.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil 2017. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

COSTA SILVA, R. G. da. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. Revista de Direito Público, v. 13, n. 1, p. 1-28, 2018.

COSTA SILVA, R. G. da. Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.



MESQUITA, M. R. de. O massacre de Corumbiara: uma análise da violência no campo. Porto Velho: Edufro, 2002.

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.